

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	13
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	14
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	15
Demonstração de Valor Adicionado	16
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
Notas Explicativas	24
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	62
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	63

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	70

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.786
Preferenciais	37.680
Total	86.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2012	Dividendo	27/04/2012	Ordinária		75,11370
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2012	Dividendo	27/04/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	82,62510
Assembleia Geral Extraordinária	30/05/2012	Dividendo	30/05/2012	Ordinária		21,91250
Assembleia Geral Extraordinária	30/05/2012	Dividendo	30/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	24,10370
Assembleia Geral Extraordinária	29/08/2012	Dividendo	29/08/2012	Ordinária		18,26743
Assembleia Geral Extraordinária	29/08/2012	Dividendo	29/08/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	20,09418
Assembleia Geral Extraordinária	29/11/2012	Dividendo	29/11/2012	Ordinária		166,81630
Assembleia Geral Extraordinária	29/11/2012	Dividendo	29/11/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	183,49793
Reunião do Conselho de Administração	27/12/2012	Dividendo	27/12/2012	Ordinária		7,88426
Reunião do Conselho de Administração	27/12/2012	Dividendo	27/12/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	8,67268

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	199.852	170.142	146.426
1.01	Ativo Circulante	20.637	22.568	27.925
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.115	3.078	18.041
1.01.01.01	Caixa Geral	423	354	349
1.01.01.02	Bancos Conta Movimento	2.053	1.311	1.905
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	3.639	1.413	15.787
1.01.03	Contas a Receber	13.158	13.146	8.779
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.158	13.146	8.779
1.01.03.02.01	Créditos Tributários	415	412	489
1.01.03.02.03	Despesas Antecipadas	2.977	4.214	1.970
1.01.03.02.04	Contas a Receber	9.084	8.074	6.217
1.01.03.02.05	Adiantamento a Fornecedores	682	446	103
1.01.04	Estoques	322	117	30
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.042	6.227	1.075
1.01.08.03	Outros	1.042	6.227	1.075
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	927	922	960
1.01.08.03.02	Indenizações a Receber	115	5.305	115
1.02	Ativo Não Circulante	179.215	147.574	118.501
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.023	2.387	8.002
1.02.01.03	Contas a Receber	1.085	540	1.530
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.085	540	1.530
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	0	4.442
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	4.442
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.938	1.847	2.030
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.938	1.847	2.030
1.02.03	Imobilizado	3.445	1.585	1.322
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.445	1.585	1.322
1.02.03.01.01	Imobilizado	3.445	1.585	1.322

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.04	Intangível	172.747	143.602	109.177
1.02.04.01	Intangíveis	172.747	143.602	109.177
1.02.04.01.02	Intangível	172.747	143.602	109.177

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	199.852	170.142	146.426
2.01	Passivo Circulante	37.295	32.160	29.150
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.478	3.339	3.186
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.478	3.339	3.186
2.01.01.02.01	Salários Provisões e Contribuições	3.478	3.339	3.186
2.01.02	Fornecedores	1.391	4.494	2.594
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.391	4.494	2.594
2.01.02.01.01	Fornecedores	1.391	4.494	2.594
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.973	8.344	6.990
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.886	7.366	6.169
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.242	6.783	5.633
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	644	583	536
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	17	18	14
2.01.03.02.01	ICMS	17	18	14
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.070	960	807
2.01.03.03.01	ISS	1.070	960	807
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	14.945	12.854	12.306
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.075	6.322	6.154
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.075	6.322	6.154
2.01.04.02	Debêntures	5.870	6.532	6.152
2.01.04.02.01	Debêntures	5.870	6.532	6.152
2.01.05	Outras Obrigações	6.188	2.834	1.975
2.01.05.02	Outros	6.188	2.834	1.975
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	4	2	1
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.986	1.576	678
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	4.198	1.256	1.296
2.01.06	Provisões	320	295	2.099
2.01.06.02	Outras Provisões	320	295	2.099

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção	320	295	2.099
2.02	Passivo Não Circulante	53.285	50.922	52.078
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	47.158	45.224	41.723
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	39.490	37.556	34.055
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	39.490	37.556	34.055
2.02.01.02	Debêntures	7.668	7.668	7.668
2.02.01.02.01	Debêntures	7.668	7.668	7.668
2.02.02	Outras Obrigações	0	0	150
2.02.02.02	Outros	0	0	150
2.02.02.02.03	Arrendamento Mercantil	0	0	150
2.02.03	Tributos Diferidos	1.630	92	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.630	92	0
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.630	92	0
2.02.04	Provisões	4.497	5.606	10.205
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.363	3.177	1.910
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20	20	20
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.415	1.794	580
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	928	1.363	1.310
2.02.04.02	Outras Provisões	2.134	2.429	8.295
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	2.134	2.429	8.295
2.03	Patrimônio Líquido	109.272	87.060	65.198
2.03.01	Capital Social Realizado	54.400	45.700	38.800
2.03.02	Reservas de Capital	7.801	8.151	7.599
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.596	3.596	3.596
2.03.02.07	Reserva para Aumento de Capital	4.205	4.555	4.003
2.03.04	Reservas de Lucros	47.071	33.209	18.799
2.03.04.01	Reserva Legal	2.419	2.150	1.744
2.03.04.02	Reserva Estatutária	5.430	4.667	3.370

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	39.222	26.392	13.685

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	202.679	177.263	149.112
3.01.01	Receitas de Serviços	177.571	148.099	126.124
3.01.02	Receita Custos de Construções	40.537	42.034	33.917
3.01.03	PIS	-1.162	-970	-822
3.01.04	COFINS	-5.364	-4.475	-3.794
3.01.05	ISS	-8.903	-7.425	-6.313
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-90.592	-76.839	-70.246
3.02.01	Custos de Serviços	-50.055	-34.805	-36.329
3.02.02	Custos de Construções	-40.537	-42.034	-33.917
3.03	Resultado Bruto	112.087	100.424	78.866
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.233	-19.117	-15.058
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.462	-17.686	-13.649
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-15.462	-17.686	-13.649
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	503	482	229
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	503	482	229
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.274	-1.913	-1.638
3.04.05.02	Depreciação	-526	-402	-328
3.04.05.03	Outros	0	0	-83
3.04.05.04	Empregados	-1.748	-1.511	-1.227
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	94.854	81.307	63.808
3.06	Resultado Financeiro	-19.984	-14.209	-19.722
3.06.01	Receitas Financeiras	572	843	980
3.06.01.01	Receitas Financeiras	572	843	980
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.556	-15.052	-20.702
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-3.248	-155	-2.048
3.06.02.02	Remuneração Debenturistas	-17.308	-14.897	-18.654
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	74.870	67.098	44.086
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.491	-24.101	-16.179

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.08.01	Corrente	-24.876	-19.645	-16.174
3.08.02	Diferido	-1.615	-4.456	-5
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	48.379	42.997	27.907
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	48.379	42.997	27.907
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	PN	589,7655	524,1561	340,201
3.99.01.02	ON	536,1505	476,5055	309,2737
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	PN	589,7655	524,1561	340,201
3.99.02.02	ON	536,1505	476,5055	309,2737

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	48.379	42.997	27.907
4.03	Resultado Abrangente do Período	48.379	42.997	27.907

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	73.283	49.007	39.719
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	65.933	53.326	36.012
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	48.379	42.997	27.907
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	13.846	9.051	6.227
6.01.01.03	Baixa Depreciação, Amortização e Intangível	-253	0	0
6.01.01.04	Provisão para Contingências	-814	1.267	-2.153
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	1.538	4.534	5
6.01.01.06	Provisão para Recapeamento	-270	-7.670	2.138
6.01.01.07	Juros e encargos financeiros	3.507	3.147	1.888
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.350	-4.319	3.707
6.01.02.01	Despesas Antecipadas	1.237	-2.244	105
6.01.02.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-91	183	94
6.01.02.04	Outros Circulantes	4.433	-4.173	-19
6.01.02.05	Salários Privilégios e cont. Sociais	-42	153	635
6.01.02.08	Outras obrigações a pagar	5.954	2.220	3.824
6.01.02.09	Fornecedores	-3.103	1.900	1.449
6.01.02.10	Valores a receber	-1.010	-1.857	-2.199
6.01.02.11	Participação nos Lucros do resultados	208	-158	-129
6.01.02.12	Adiantamento a Fornecedor	-236	-343	-53
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-44.609	-43.738	-34.092
6.02.01	Imobilizado e Intangível	-44.609	-43.738	-34.092
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-25.637	-20.232	-6.410
6.03.01	Empréstimos pagos a Terceiros	-9.494	-9.078	-1.569
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-26.163	-21.135	-26.466
6.03.03	Empréstimos Obtidos	10.680	9.600	21.146
6.03.04	Obrigações a investidores	-660	381	479
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.037	-14.963	-783
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.078	18.041	18.824

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.115	3.078	18.041

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	45.700	8.151	33.209	0	0	87.060
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	45.700	8.151	33.209	0	0	87.060
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.700	-4.555	-10.924	-19.388	0	-26.167
5.04.01	Aumentos de Capital	8.700	-4.555	-4.145	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.779	-19.388	0	-26.167
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	48.379	0	48.379
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	48.379	0	48.379
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.205	24.786	-28.991	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.205	24.786	-28.991	0	0
5.07	Saldos Finais	54.400	7.801	47.071	0	0	109.272

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	38.800	7.599	18.799	0	0	65.198
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	38.800	7.599	18.799	0	0	65.198
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6.900	-4.003	-9.120	-14.912	0	-21.135
5.04.01	Aumentos de Capital	6.900	-4.003	-2.897	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.223	-14.912	0	-21.135
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.997	0	42.997
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.555	23.530	-28.085	0	0
5.07	Saldos Finais	45.700	8.151	33.209	0	0	87.060

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	34.300	3.596	25.861	0	0	63.757
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	34.300	3.596	25.861	0	0	63.757
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.500	0	-16.273	-14.693	0	-26.466
5.04.01	Aumentos de Capital	4.500	0	-4.500	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-11.773	-14.693	0	-26.466
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.907	0	27.907
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.907	0	27.907
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.003	9.211	-13.214	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.003	9.211	-13.214	0	0
5.07	Saldos Finais	38.800	7.599	18.799	0	0	65.198

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	218.611	190.615	160.188
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	177.571	148.099	126.124
7.01.02	Outras Receitas	503	482	147
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	40.537	42.034	33.917
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-76.536	-70.784	-64.291
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.116	-7.855	-8.198
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.883	-20.895	-22.176
7.02.04	Outros	-40.537	-42.034	-33.917
7.02.04.01	Custo de Construções	-40.537	-42.034	-33.917
7.03	Valor Adicionado Bruto	142.075	119.831	95.897
7.04	Retenções	-13.916	-9.147	-6.227
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.916	-9.147	-6.227
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	128.159	110.684	89.670
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	572	843	980
7.06.02	Receitas Financeiras	572	843	980
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	128.731	111.527	90.650
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	128.731	111.527	90.650
7.08.01	Pessoal	15.413	13.947	12.069
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.287	9.300	7.960
7.08.01.02	Benefícios	2.523	2.344	2.242
7.08.01.03	F.G.T.S.	855	792	640
7.08.01.04	Outros	1.748	1.511	1.227
7.08.01.04.01	Participações a empregados	1.748	1.511	1.227
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	44.383	39.531	29.973
7.08.02.01	Federais	35.060	31.794	23.268
7.08.02.02	Estaduais	420	312	392
7.08.02.03	Municipais	8.903	7.425	6.313
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.556	15.052	20.701

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.03.01	Juros	3.248	155	2.047
7.08.03.03	Outras	17.308	14.897	18.654
7.08.03.03.01	Remuneração de debenturistas	17.308	14.897	18.654
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	48.379	42.997	27.907
7.08.04.02	Dividendos	19.388	14.912	14.693
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.991	28.085	13.214

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração:

Senhores acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração da Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) e as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, devidamente acompanhados do Relatório dos Auditores independentes.

Mensagem da administração

O ano de 2012 ratificou o cenário de desaceleração da economia brasileira verificado no segundo e terceiro trimestres, contrastando com o crescimento da economia verificado no biênio 2010-2011. Apesar de o cenário nacional extremamente favorável frente às necessidades de investimentos em infraestrutura para atender aos grandes eventos internacionais como Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016, verificou-se que a grave crise financeira internacional iniciada nos EUA e alastrada pela Europa, teve forte impacto na produção de bens e serviços do cenário nacional. A expectativa de crescimento do PIB para 2012 é inferior a 1%.

Em termos de mercado do Rio de Janeiro, os projetos de infraestrutura como a construção do arco rodoviário e do pólo petroquímico de Itaboraí, também tiveram impacto menor do que o esperado e embora alguns setores tenham melhorado seus indicadores com relação aos trimestres anteriores, os níveis de atividade ainda são inferiores ao ano anterior.

A manutenção da atividade econômica do Rio de Janeiro com níveis acima do mercado nacional, notadamente com o fluxo de caminhões, contribuiu para a sustentação do nosso volume de tráfego que cresceu 5,8% em relação a 2011. As obras realizadas nos trechos da rodovia afetados pelas chuvas de janeiro/2011 atingiram R\$ 33.873 milhões. A companhia renovou sua apólice de seguros no mercado local e a regulação do sinistro foi encerrada em 2012.

As exigências previstas no contrato de concessão, consumiram elevado volume de investimentos, principalmente nas obras de construção da terceira faixa da serra de Teresópolis, nas contenções previstas, assim como na implantação de ruas laterais e passarelas. O volume de recursos aplicados em obras previstas no PER, em obras

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

relacionadas ao sinistro de janeiro/2011 e em custos de operação da rodovia, totalizaram cerca de R\$ 109.660 milhões em 2012, distribuídos da seguinte maneira: Obras previstas no PER R\$ 44.768 milhões, Sinistro janeiro/2011 R\$ 16.423 milhões e Custos de operação da rodovia R\$ 48.469 milhões.

Quanto aos resultados de 2012, a administração entende que as metas operacionais e financeiras fixadas no Planejamento Estratégico da companhia, devidamente aprovadas pelo conselho de administração, foram superadas, com os custos controlados e atendendo aos objetivos do negócio.

Cenário econômico

Apesar de inferior ao ano de 2011, o ano de 2012 pode ser considerado razoável para a economia brasileira. Embora tenha se verificado um quadro de desaceleração na atividade econômica, incluindo a geração de empregos, nos últimos trimestres do ano, o país manteve suas perspectivas de crescimento positivas, com elevado volume de investimentos estrangeiros diretos e consolidação de país emergente no cenário internacional, alcançando o sexto PIB mundial e superando a Itália. A crise financeira que se estendeu à Europa contribuiu significativamente para a retração verificada em 2011.

As expectativas de crescimento do PIB para 2013 são de crescimento em relação a 2011 e 2012, porém bastante inferior a 2010. Inúmeras medidas de incentivo ao crescimento da atividade econômica foram adotadas e outras estão em fase de implantação (programa de investimentos de R\$ 133 bilhões em Logística e R\$ 54 bilhões para o setor portuário, redução do custo de energia elétrica, prorrogação da redução da alíquota do imposto sobre produtos industrializados - IPI e desoneração da folha de pagamento) pela necessidade de investimentos e de geração de empregos formais decorrentes da excelente perspectiva de crescimento que a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 trouxeram ao País.

No Rio de Janeiro o cenário, a exemplo do ano anterior, teve seus indicadores mais favoráveis em relação a média nacional, gerando, por conseguinte, um grau de desaceleração menor. A Economia local, onde a rodovia está presente, também apresenta perspectivas de crescimento com o aquecimento local face às obras do PAC, que envolvem o arco rodoviário e o COMPERJ, em Itaboraí.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Desempenho econômico-financeiro**

As metas fixadas no Orçamento e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia voltaram a ser superadas em 2012, em seus principais indicadores de resultado, tais como Receita Bruta, EBITDA e Lucro Líquido.

O Faturamento da companhia foi impactado pelo reajuste de 15,4% aprovado em 03/09/2011 e pelo crescimento do tráfego da ordem de 5,8% em relação a 2011.

Os custos operacionais e despesas administrativas (expurgados os efeitos de provisões) estão apenas 6,3% acima dos registrados em 2011 (R\$ 51.051 milhões vs R\$ 48.028 milhões), o que reflete bem a gestão de custos adotada pela companhia, já que o índice ficou apenas 0,5 p.p. acima da inflação (IPCA) de 2012.

Estes fatores explicam o crescimento EBITDA em relação a 2011.

O Lucro Líquido da Companhia em 2012 atingiu R\$ 48.379 milhões contra R\$ 42.997 milhões de 2011. O lucro por ação atingiu R\$ 559,51 em 2012 contra R\$ 497,27 de 2011, um crescimento de 12,5%.

Descrição	2012	2011
Veículos equivalentes	15.711	14.848
Receita operacional líquida	203.182	177.745
Receitas operacionais	177.571	148.099
PIS, COFINS, ISS e outros	(15.429)	(12.870)
Outras receitas	503	482
Receita de construção	40.537	42.034
Custos e despesas	(94.114)	(87.031)
Custos e despesas	(51.051)	(48.028)
Provisões diversas	723	(1.399)
Ônus da concessão	(3.249)	(3.012)
Custo da construção	(40.537)	(42.034)
Provisão para recapeamento	-	7.442
EBITDA	109.068	90.714
<i>EBITDA/receita líquida</i>	<i>53,68%</i>	<i>51,04%</i>
Depreciações e amortizações	(13.916)	(9.147)
Despesas financeiras líquidas(*)	(19.984)	(14.209)
Lucro antes i. renda	75.168	67.358
Imposto de renda/contribuição social (**)	(26.789)	(24.361)
Lucro líquido	48.379	42.997
Lucro líquido/receita líquida	23,81%	24,19%

(*) Inclui remuneração das debêntures

(**) Contém R\$ 298 de Incentivos fiscais - Lei Rouanet em 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimentos

Os investimentos realizados estiveram em conformidade com o previsto no contrato de concessão. Dentre as obras realizadas e/ou iniciadas destacamos a construção do segundo trecho da terceira faixa da serra, a reconstrução do pavimento, o alargamento e reforço de pontes e viadutos, a construção da rua lateral de Parada Modelo, contenções diversas ao longo da rodovia, a construção do posto fixo de pesagem e a construção de passarelas.

Financiamento

Em 2009 obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51.849 milhões para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até setembro de 2019 é de R\$ 40.489 milhões.

Em agosto deste ano realizamos o financiamento da construção da Balança Fixa localizada no Km 131 e de parte da Ampliação da Capacidade da Subida da Serra (Trecho 2B), através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A., no valor de R\$ 9.519 milhões. Deste montante, já foram liberados R\$ 8.077 milhões.

Remuneração das debêntures e distribuição de dividendos

O montante atribuído aos Acionistas e aos Debenturistas referente ao exercício de 2012 foi de R\$ 42.510 milhões (Acionistas R\$ 25.202 milhões e Debenturistas R\$ 17.308 milhões), 17,08% acima de 2011 (R\$ 36.588 milhões).

Classificação de risco

A Agência classificadora de risco, Fitch Ratings voltou a elevar o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia de 'AA-(bra)' para 'AA(bra)'. Maiores detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Recursos humanos

A Companhia encerrou o exercício com o efetivo de 332 funcionários (331 em 2011), maior parte residente no município de Magé e adjacências. Em 2012 a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (Gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, mantendo os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, paralelamente ao Vale Transporte e Vale Refeições previstas em Lei. Mantivemos as atividades laborais internas e a política de subvenção educacional.

Responsabilidade socioambiental

Aumentamos, no exercício de 2012, nossa participação de apoio às comunidades carentes ao longo da rodovia, com ações de cunho educativo e de campanhas de doação de agasalhos e alimentos obtendo recepção positiva não só daqueles beneficiados, como também de nossos colaboradores internos e usuários da rodovia.

Mantivemos os convênios pioneiros na Região firmados com a Pestalozzi de Magé no apoio a projetos profissionalizantes (Oficinas de Informática e Marcenaria).

Desde 2006, a CRT, através da Lei Rouanet, mantém o Patrocínio exclusivo do Projeto Som na Serra do Grêmio Musical Guapiense, fundado em 09 de abril de 1956, na cidade de Guapimirim, atendendo atualmente a 160 jovens e adolescentes.

Na área ambiental, demos continuidade aos Projetos de Vereda do Desenvolvimento Sustentável, Fauna Viva e o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

Acreditamos que estas ações da CRT contribuirão para reduzir a exclusão social de parte dos adultos, jovens e adolescentes dos municípios que margeiam a nossa rodovia e reforçar nossa posição de empresa socialmente responsável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

Agradecimentos

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos usuários da rodovia, ao permanente apoio dos acionistas, investidores, fornecedores, Poder Concedente e demais instituições governamentais e a todos os nossos colaboradores pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Rio -Teresópolis S.A. “Companhia” cuja sede está localizada na Rodovia BR-116/RJ – Praça do Pedágio, Magé, RJ, foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” em Assembleia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba até Teresópolis Ent. BR-040(A) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Equalização do capital circulante negativo

O capital circulante líquido (CCL) em 31 de dezembro de 2012 foi negativo em R\$ 16.658 (R\$ 9.592 em 31 de dezembro de 2011) em função do elevado volume de investimentos realizados para atender o PER (Terceira Faixa da Serra, Rua Lateral de Parada Modelo, Implantação da Balança Fixa, Contenções diversas e Construções de Passarelas) somado à captação de empréstimo – BNDES Automático – com vencimento a partir de julho de 2013.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2013.

2. Políticas contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações anuais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Notas Explicativas

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

2.4. Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se, substancialmente, às receitas de pedágio eletrônico administrado por terceiros (AVI), as quais são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera

Notas Explicativas

duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

2.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumulada calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados à infraestrutura da concessão classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada ou prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas Explicativas

2.7. Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão adicional para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável

Notas Explicativas

que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.9. Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Sigla</u>	<u>Alíquotas</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade	COFINS	3,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos e passivos das diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e aos valores recuperáveis decorrentes das diferenças temporárias dedutíveis ao

Notas Explicativas

diferimento de créditos fiscais não utilizados fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.10. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas informações anuais.

Notas Explicativas

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das informações anuais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os

Notas Explicativas

próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável.

Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações anuais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas

2.14. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e créditos a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia não possui passivos desta natureza.

Notas Explicativas

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.15. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público

Notas Explicativas

e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

2.17. Informações por segmento

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico, possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.18. Novos pronunciamentos contábeis

Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684/12, de 30 de agosto de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683/12, de 30 de agosto de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 18 (R1) – Investimento em Coligada e em Controlada - aprovado pela Deliberação CVM nº 688/12, de 04 de outubro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

ICPC 09 (R1) - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687/12, de 04 de outubro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1) - Contratos de construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691/12, de 08 de novembro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1) - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, de 08 de novembro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2) - Demonstrações separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693/12, de 08 de novembro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2013.

CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, de 13 de dezembro de 2012.

CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto - aprovado pela Deliberação CVM nº 696/12, de 13 de dezembro de 2012.

CPC 45 - Divulgações de participações em outras entidades - aprovado pela Deliberação CVM nº 697/12, de 13 de dezembro de 2012.

CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 698/12, de 20 de dezembro de 2012.

CPC 46 - Mensuração do valor justo - aprovado pela Deliberação CVM nº 699/12, de 20 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

A companhia estuda os pronunciamentos e revisões que têm sua adoção obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2013 e seus respectivos impactos.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

Notas Explicativas

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 186.091, como segue (dados em milhares de reais):

	2013	2014	2015	2016 a 2021	Total
Investimentos – PER	56.179	55.503	19.068	55.341	186.091

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além do IPCA em substituição a fórmula paramétrica.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
<u>Caixa e Bancos:</u>	2.476	1.665
<u>Aplicações Financeiras:</u>		
Banco Votorantim S.A.	3.635	1.403
Caixa Economica Federal	4	10
	3.639	1.413
Total	6.115	3.078

As aplicações financeiras em CDB/DI de alta liquidez, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos médios de 102% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor de mercado.

5. Créditos a receber

	2012	2011
Pedágio	-	8
Via Fácil	7.790	6.741
Auto Expresso	98	106
Dbtrans	791	817
Visa Vale	405	402
Total	9.084	8.074

Notas Explicativas

A Companhia passou a operar em 2009 com o sistema de cobrança automática de pedágio, denominado Via fácil e em maio de 2011 com o sistema DBTRANS , sendo os valores recebíveis em até 45 e 30, dias respectivamente, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o saldo está representado por valores a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e histórico de perdas significativas com estes créditos.

6. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

	2012	2011
Imposto de Renda e Contribuição Social	94	94
PIS e COFINS	321	318
Circulante	415	412

b) Impostos, taxas e contribuições a recolher

	2012	2011
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.242	6.783
PIS e COFINS	631	571
ISS	1.070	960
ICMS	17	18
IRRF	13	12
Circulante	10.973	8.344

c) Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro – e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários. O valor contábil do ativo e passivo fiscal

Notas Explicativas

diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores.

Os fundamentos dos ativos e passivos fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

	2012			2011
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Ativo				
IR e CS diferidos s/ Prov. Custo				
Manutenção	613	221	834	926
IR e CS diferidos s/ Prov. Contingências	850	213	1.063	1.339
Ativo não circulante	1.463	434	1.897	2.265
Passivo				
IR e CS diferidos s/ Receitas Financeiras	1.117	402	1.519	1.160
IR e CS diferidos s/ Amortização Intangível	1.476	532	2.008	1.197
Passivo não circulante	2.593	934	3.527	2.357
Líquido	1.130	500	1.630	92

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2012	2011
Lucro antes da tributação	74.870	67.098
Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido (34%)	25.456	22.813
Ajustes para demonstração da taxa efetiva		
adições e exclusões permanentes	(33)	(2.965)
Incentivos fiscais	(428)	(379)
Diferenças temporárias	1.496	4.632
Despesas de Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido	26.491	24.101
Taxa efetiva	35,38%	35,92%

Notas Explicativas**7. Imobilizado**

CUSTO		Saldo em 31.12.2010	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2011
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Controle de Ponto		1.296	202			1.498
Edificações		233				233
Veículos		543	11	(26)		528
Processamento de Dados e Hardware		512	115			627
Móveis e Utensílios		198	77		(1)	274
Ferramentas		12	5		1	18
Instalações e Instalações Elétricas		105	29			134
Usina		27	4			31
Instalações Elétricas Usina		94				94
Terrenos		35				35
		<u>3.055</u>	<u>443</u>	<u>(26)</u>		<u>3.472</u>
Benfeitorias						
Imobilizações em Curso		169	199			368
		<u>169</u>	<u>199</u>			<u>368</u>
Imobilizado Bruto		<u>3.224</u>	<u>642</u>	<u>(26)</u>		<u>3.840</u>

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	Taxa %	Saldo em 31.12.2010	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2011
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Cont. de Ponto	10%	(785)	(47)		55	(777)
Outras Imobil. Próp. e Benf. Bens Terc.	10 a 20%	(133)	(63)		(55)	(251)
Edificações	4%	(116)	(10)			(126)
Veículos	20%	(191)	(108)	26		(273)
Processamento de Dados e Hardware	20%	(390)	(124)		1	(513)
Sistema De Controle De Ponto/Acesso	10%		(3)		(1)	(4)
Móveis e Utensílios	10%	(114)	(16)			(130)
Instalações e Instalações Elétricas	10%	(84)	(6)			(90)
Instalações e Ins. Elétricas - Usina	10%	(89)	(2)			(91)
		<u>(1.902)</u>	<u>(379)</u>	<u>26</u>		<u>(2.255)</u>
Imobilizado Líquido		<u>1.322</u>	<u>263</u>			<u>1.585</u>

Notas Explicativas

CUSTO		Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2012
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Controle de Ponto		1.498	218	(3)		1.713
Edificações		233				233
Veículos		528	9			537
Processamento de Dados e Hardware		627	79			706
Móveis e Utensílios		274	116			390
Ferramentas		18	2			20
Instalações e Instalações Elétricas		134				134
Usina		31	1			32
Instalações Elétricas Usina		94				94
Refeitório e Cozinha Industrial					812	812
Projeto BI					161	161
Terrenos		35				35
		<u>3.472</u>	<u>425</u>	<u>(3)</u>	<u>973</u>	<u>4.867</u>
Benfeitorias						
Imobilizações em Curso		368	1.868	(4)	(973)	1.259
		<u>368</u>	<u>1.868</u>	<u>(4)</u>	<u>(973)</u>	<u>1.259</u>
Imobilizado Bruto		<u>3.840</u>	<u>2.293</u>	<u>(7)</u>	<u>0</u>	<u>6.126</u>
DEPRECIACÃO ACUMULADA	Taxa % a.a	Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2012
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Cont. de Ponto	10%	(777)	(60)			(837)
Outras Imobil. Próp. e Benf. Bens Terc.	10 a 20%	(251)	(88)			(339)
Edificações	4%	(126)	(9)			(135)
Veículos	20%	(273)	(108)			(381)
Processamento de Dados e Hardware	20%	(513)	(102)			(615)
Sistema De Controle De Ponto/Acesso	10%	(4)	(3)			(7)
Móveis e Utensílios	10%	(130)	(25)			(155)
Instalações e Instalações Elétricas	10%	(90)	(6)			(96)
Instalações e Ins. Elétricas - Usina	10%	(91)	(1)			(92)
Refeitório e Cozinha Industrial	12%		(24)			(24)
		<u>(2.255)</u>	<u>(426)</u>			<u>(2.681)</u>
Imobilizado Líquido		<u>1.585</u>	<u>1.867</u>	<u>(7)</u>		<u>3.445</u>

De acordo com o CPC01/IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas**8. Intangível**

CUSTO - INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2010	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2011
Ativo Intangível					
Concessão	224.564	43.303	(75)		267.792
Software	211	49			260
Outros	52	1			53
Intangível Bruto	<u>224.827</u>	<u>43.353</u>	<u>(75)</u>		<u>268.105</u>

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	Saldo em 31.12.2010	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2011
Amortização do Ativo Intangível					
Concessão	(115.474)	(8.764)	7	(58)	(124.289)
Software	(169)	(86)		58	(197)
Outros	(7)	(10)			(17)
	<u>(115.650)</u>	<u>(8.860)</u>	<u>7</u>		<u>(124.503)</u>
Intangível Líquido	<u>109.177</u>	<u>34.493</u>	<u>(68)</u>		<u>143.602</u>

CUSTO - INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2012
Ativo Intangível					
Concessão	267.792	42.468	(252)		310.008
Software	260	106			366
Outros	53				53
Intangível Bruto	<u>268.105</u>	<u>42.574</u>	<u>(252)</u>		<u>310.427</u>

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2012
Amortização do Ativo Intangível					
Concessão	(124.289)	(13.389)	252		(137.426)
Software	(197)	(30)			(227)
Outros	(17)	(10)			(27)
	<u>(124.503)</u>	<u>(13.429)</u>	<u>252</u>		<u>(137.680)</u>
Intangível Líquido	<u>143.602</u>	<u>29.145</u>			<u>172.747</u>

De acordo com o CPC 01(R1)/ IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do Ativo Imobilizado e Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente

Notas Explicativas

desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2012, e em 2011 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos ou intangíveis com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento da aquisição do direito de exploração no montante de R\$ 866.

9. Empréstimos e financiamentos

	2012		2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	9.075	39.490	6.322	37.556

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento destinado à melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008 a 2012. A totalidade do crédito concedido está divididos em: subcrédito A – R\$ 27.752, B – R\$ 11.894, C – R\$ 8.542 e D – R\$ 3.661 totalmente levantados.

Sobre os subcréditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os subcréditos B e D incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% ao ano. Os subcréditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os subcréditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

Obteve como garantia carta de fiança emitida pelo Bradesco S.A. com vencimento em 22 de agosto de 2013.

Notas Explicativas

Neste exercício, firmamos novo contrato de abertura de crédito fixo, modalidade, Produto BNDES automático, tendo como agente financeiro o Banco ABC Brasil S.A. A destinação dos recursos será aplicada na realização das obras da Rodovia BR 116, na Construção de um posto de pesagem - Balança Fixa, Km 131 e no trecho II B – Ampliação da capacidade de subida da Serra compreendido entre os Km 97,46 e Km 99,02.

A totalidade do crédito está dividido em: sub-créditos A – R\$ 5.439 – dos quais R\$ 4.615 foram levantados até a presente data, B – R\$ 1.360 – dos quais R\$ 1.163 foram levantados até a presente data e C – R\$ 2.720 – dos quais R\$ 2.326 foram liberados até a presente data, cujos encargos financeiros foram registrados no passivo.

Sobre o sub-crédito A, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1,0% ao ano.

Sobre os sub-créditos B e C, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa Variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse em condições específicas, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros.

Os investimentos financiados foram finalizados em dezembro de 2012, e a última “tranche” ocorrerá em janeiro de 2013, já que as liberações são realizadas pelo sistema de “reembolso”.

A amortização do financiamento terá início em 15 de julho de 2013 e será finalizada em 15 de setembro de 2017.

Possui como garantia Nota Promissória emitida pelo Banco ABC Brasil S.A com vencimento à vista e prazo de apresentação para pagamento de até 08 (oito) anos contados da data de sua emissão.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) nos contratos em questão.

Notas Explicativas

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	2012	2011
BNDES I E BNDES AUTOMÁTICO		
2014	9.884	15.029(*)
2015	9.884	7.576
2016	9.884	7.576
2017	6.866	5.035
2018	1.877	1.477
2019 em diante	1.095	863
Total Longo Prazo	39.490	37.556

(*) inclui R\$ 7.453 referente ao ano de 2013.

A CRT comprovou a inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, conforme critério do BNDES pudesse comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES.

10. Salários, provisões e contribuições

	2012	2011
Provisões Trabalhistas	1.136	1.026
Encargos Trabalhistas	489	653
Imposto de Renda Retido na Fonte	61	56
Participação no Resultado	1.591	1.383
Benefícios	13	4
Outros	188	217
Circulante	3.478	3.339

11. Obrigações legais decorrentes de processos judiciais

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas e tributárias. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro. A Administração, portanto, não acredita, na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro.

Notas ExplicativasComposição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 31.12.2011	Adições	Baixas	Saldo Final 31.12.2012
Trabalhistas	1.794		(379)	1.415
Cíveis	1.363		(435)	928
Fiscais	20			20
Valor Provisionado	3.177		(814)	2.363

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

- (i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Apesar de o atual estágio processual ser de difícil previsibilidade acerca dos valores envolvidos, a Companhia mantém sistemática de avaliação das contingências envolvidas. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos.

- (ii) Ação cível pública nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de Ações populares, sob alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia.

- (iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal

Notas Explicativas

como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 400. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Processos fiscais

Os processos são oriundos do município de Teresópolis, na importância de R\$ 20, que estão sendo contestados, razão pela qual foi constituída provisão de igual valor.

12. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.454 (R\$ 2.724 em 31 de dezembro de 2011).

13. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26/12/2001 com as seguintes características, resumidas:

Forma e espécie:	Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão
------------------	--

Notas Explicativas

	subordinadas aos demais credores da Companhia.
Quantidade de títulos:	23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
Valor da emissão (em R\$):	A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.
Valor nominal (em R\$):	As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.
Data de emissão:	31 de dezembro de 2001.
Vencimento final:	Somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da Emissora, por qualquer razão, conforme facultado pelo art. 55, §3º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto no item 1.20.
Prêmio de emissão (em R\$):	As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,1653 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.
Conversibilidade:	As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

Cada debênture terá direito a participação nos lucros da Companhia, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída aos seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o

Notas Explicativas

fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures em 31 de dezembro de 2001, foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura das debêntures na data de encerramento das demonstrações financeiras. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo, poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas foram canceladas no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, seus aditivos e o Prospecto de Distribuição encontram-se arquivados na CVM para consulta dos investidores.

14. Outras obrigações

	2012	2011
Comissões s/fianças	264	335
Verba de fiscalização	239	226
Arrendamento Mercantil	13	173
Adiantamento de clientes	338	331
Outras contas a pagar	364	191
Danos à rodovia a executar	2.980	-
Circulante	4.198	1.256

Representado, basicamente (71%), por reembolso de seguro destinado a cobrir danos à rodovia, face ao sinistro de 12.01.2011, cujas obras de recuperação ainda não foram concluídas.

Notas Explicativas

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 54.400, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012, foi deliberado o aumento de R\$ 8.700 no capital social autorizado da Companhia, passando a ser de R\$ 54.400, mediante utilização de Reserva Lucros e Reserva de Capital.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	2012						2011	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S/A - INVEPAR	17.992	36,88	3.546	9,41	21.538	24,91	21.538	24,91
CCNE Carioca Concessões S/A	10.262	21,03	8.202	21,77	18.464	21,35	18.464	21,35
STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A	8.567	17,57	5.800	15,39	14.367	16,62	14.367	16,62
Queiroz Galvão Participações - Concessões S/A	10.262	21,03	—	—	10.262	11,87	10.262	11,87
Construtora Queiroz Galvão S/A	—	—	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.524	25,28	9.524	11,02	9.524	11,02
M.&G. Consultoria e Participações	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Conselheiros	8	0,02	6	0,02	14	0,02	14	0,02
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendos

b.1) Antecipação de dividendos

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Notas Explicativas

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

O dividendo mínimo obrigatório foi calculado como se segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do período	48.379	42.997
Reserva legal	<u>(2.419)</u>	<u>(2.150)</u>
Base de cálculo	45.960	40.847
Percentual do dividendo	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Valor do dividendo obrigatório	11.490	10.212
Dividendos adicionais pagos	<u>7.898</u>	<u>4.700</u>
Total de dividendos pagos	<u>19.388</u>	<u>14.912</u>

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

Notas Explicativas**c.5) Reserva para investimentos (estatutária)**

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir orçamento de capital, previstos no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

16. Receita operacional, líquida

	2012	2011
Receita bruta de pedágio	177.571	148.099
Receita de contrato de construção	40.537	42.034
Dedução da receita	(15.429)	(12.870)
Receita líquida	<u>202.679</u>	<u>177.263</u>

17. Despesas administrativas

	2012	2011
Despesas com pessoal	5.678	5.058
Serviços de terceiros	2.142	2.270
Desp. de materiais, equipamentos e veículos	1.058	883
Despesas gerais	5.487	8.442
Despesas de remuneração de dirigentes	1.097	1.033
Total	<u>15.462</u>	<u>17.686</u>

Notas Explicativas**18. Receitas e despesas, financeiras**

	2012	2011
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(2.613)	398
Despesas bancárias	(595)	(553)
Outros	(40)	
	<u>(3.248)</u>	<u>(155)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	393	774
Variação monetária ativa	134	19
Descontos obtidos	45	50
	<u>572</u>	<u>843</u>
Remuneração de Debenturistas	<u>(17.308)</u>	<u>(14.897)</u>
Total	<u>(19.984)</u>	<u>(14.209)</u>

19. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados**a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)**

Além da participação dos debenturistas, prevista na Escritura de Emissão de Debêntures registrada na CVM, a Companhia, tradicionalmente, atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra "h", do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 31 de dezembro de 2012, R\$ 17.308 (R\$ 14.897 em 2011) foram atribuídos aos debenturistas e R\$ 1.748 (R\$ 1.511 em 2011) aos empregados e diretores, totalizando R\$ 19.056 (R\$ 16.408 em 2011).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral,

Notas Explicativas

o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2012, foi proposto o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 2.800.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	2012			2011		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	991	106	1.097	911	122	1.033
Bônus variáveis (i)	670		670	594		594
Outros	35		35	33		33
Total	1.696	106	1.802	1.538	122	1.660

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

A Companhia não possui quaisquer tipos de transação com partes relacionadas.

20. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira

Notas Explicativas

das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

A companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

Operação	Cenário Provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	3.639	3.639	3.639
Taxa anual estimada do CDI	6,90%	8,63%	10,35%
Efeito anual no caixa líquido	251	314	377

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros**(c.1) BNDES I**

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP	19.569	24.461	29.354
BNDES Sub-Crédito B	TJLP	8.387	10.483	12.580
BNDES Sub-Crédito C	TJLP	8.542	10.678	12.813
BNDES Sub-Crédito D	TJLP	3.661	4.576	5.491
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)				
		5,50%	6,88%	8,25%

Notas Explicativas**(c.2) BNDES II**

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Automático				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP	4.615	5.769	6.923
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		10,80%	13,50%	16,20%
BNDES Sub-Crédito B	UMBNDDES	1.154	1.442	1.731
BNDES Sub-Crédito C	UMBNDDES	2.308	2.884	3.461
Referência para passivos financeiros UMBNDDES (% ao ano)		4,30%	5,38%	6,45%

(d) Taxas de câmbio

A companhia não possui operações de câmbio.

(e) Derivativos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e

Notas Explicativas

equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2012, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2011, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 0,30 e 0,40. Os índices de alavancagem financeira em, 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser assim sumariados:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Debêntures	7.668	7.668
Total dos empréstimos (Nota 9)	48.565	43.878
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	<u>(6.115)</u>	<u>(3.078)</u>
Dívida líquida	<u>50.118</u>	<u>48.468</u>
Total do patrimônio líquido	<u>109.272</u>	<u>87.060</u>
Total do capital	<u>159.390</u>	<u>135.528</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,32</u>	<u>0,36</u>

21. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a companhia apresenta a seguir as Demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Notas Explicativas

	2012			2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	26.157	22.222	48.379	23.247	19.750	42.997
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro Básico e Diluído por ação (R\$)	536,16	589,77	559,51	476,51	524,16	497,27

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações anuais. A companhia não possui instrumentos diluidores e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há diferença entre o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

22. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agencia Nacional de Transportes Terrestres – antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR 116-RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram o seguinte em 31 de dezembro de 2012:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	7.000	12.08.12 à 12.08.13	Chartis
Risco Engenharia	33.000	13.05.11 à 30.11.13	Itaú/Liberty
Riscos Operacionais	45.000	11.07.12 à 11.07.13	Itaú
Garantia	13.700	22.11.12 à 22.11.13	Banco Fator
Adm. e Diretores	10.000	15.02.12 à 15.02.13	Chartis
Multirisco Empresarial	5.930	11.07.12 à 11.07.13	Itaú

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas;

Notas Explicativas

despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.

23. Evento subsequente

A agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Exploração da infraestrutura Rodoviária Federal o “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Concedida”, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013 conforme Revisão nº 2 aprovada pela Resolução nº 3.847 de 20 de junho de 2012.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A ANTT autorizou suspensão temporária da cobrança de pedágio da Praça de PN2 por mais 02 (dois) anos. Este período é o prazo estimado para realização de estudos com vistas à definição de sua nova localização e seu correspondente equilíbrio Econômico-Financeiro do contrato.

A ANTT autorizou a construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, Projeto que consumirá cerca de R\$ 56.000 milhões em 4(quatro) anos e que permitirá ao final deste, maior fluidez do tráfego, segurança e conforto para os usuários.

A ANTT aprovou o quarto aditivo ao contrato de concessão que prevê nova metodologia (fluxo marginal), do reequilíbrio econômico-financeiro dos novos investimentos e serviços contratados não previstos originalmente no PER (Programa de Exploração da Rodovia), além do IPCA em substituição a fórmula paramétrica.

As projeções realizadas pela companhia contemplam os impactos acima.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1 - Projetos de Investimentos

a) Terceira faixa na serra

A Serra de Teresópolis receberá a terceira faixa de rolamento em 12 de seus 14 quilômetros. O projeto, previsto no contrato de concessão, foi liberado pelos órgãos reguladores e ambientais para sua execução, tendo a CRT iniciado sua construção, em abril de 2010.

A primeira fase do projeto foi concluída em setembro/2011 e foi iniciada a obra do segundo trecho, do Km 100 ao Km 97.

Ao fim de julho de 2012, concluímos 100% do segundo trecho. Em agosto de 2012, demos início às obras do terceiro trecho que compreende do Km 97 ao Km 94.

Terceira faixa dará maior fluidez ao tráfego da serra

Histórico

O trecho da Serra dos Órgãos (do Km-104 ao Km-90) completou 50 anos de construção em 2009 e, apesar das melhorias e da permanente manutenção, as restrições geográficas e o fato de estar dentro de uma unidade federal de conservação ambiental permanente, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, impediram que grandes obras fossem realizadas desde a sua inauguração.

Saturação

Nos últimos anos, com o aumento do fluxo de veículos, esse trecho passou a apresentar saturação na sua capacidade de absorver o tráfego no local. Como resultado, a fluidez da via e a sua segurança rodoviária vêm se deteriorando ano a ano.

Licenças e autorizações

Embora, de acordo com o contrato de concessão, a obra de construção da terceira faixa na Serra estivesse prevista para ser iniciada há alguns anos, foi necessário aguardar até que diversas avaliações - sobre a obra frente à legislação ambiental brasileira - fossem concluídas e, posteriormente, pela minuciosa análise técnica e

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

ambiental do projeto por parte dos órgãos reguladores para que as licenças e autorizações necessárias para o seu início fossem concedidas.

Início das obras e benefícios

Em abril de 2010, a CRT iniciou a construção de uma terceira faixa na Serra, que irá contemplar 12 dos seus 14 quilômetros de extensão. Essa nova configuração permitirá que veículos lentos utilizem a nova faixa da direita, dando passagem aos veículos mais rápidos. Desta forma, a capacidade de absorção dos veículos que por ali trafegam será significativamente aumentada, proporcionando maior fluidez e, principalmente, mais segurança aos usuários. Os benefícios se estendem aos municípios servidos pela rodovia, cuja economia será ajudada pela eliminação de um gargalo que interfere no escoamento dos seus produtos e pela melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e da vocação turística da Região Serrana.

Intervenções em etapas

Para evitar que a realização de uma obra com tal complexidade, em um trecho onde é impossível a criação de desvios ou rotas alternativas próximas, comprometa excessivamente a fluidez na região e o bem-estar dos usuários, a CRT e a ANTT realizaram um planejamento que prevê as intervenções em etapas, dividindo o trecho em quatro segmentos.

Após a conclusão de cada segmento, a obra avançará de forma a reduzir ao máximo a abrangência e a extensão dos transtornos na região. Essa decisão aumenta o prazo de conclusão da obra, mas atenua o desconforto de quem usa a rodovia.

Pesquisas realizadas pelo IBOPE nos últimos anos indicam que a grande maioria dos motoristas (90%) é favorável e desejam a realização da obra, mesmo informados dos inconvenientes que as intervenções poderiam causar, já que haverá retenções médias ou intensas, dependendo do horário, do período do ano ou das condições de uso da rodovia.

Vale destacar que, em função de restrições ambientais e geológicas, em alguns pequenos trechos o traçado original não será alterado.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Preservação ambiental

Parte significativa das intervenções irá ocorrer em trechos de uma das mais antigas e importantes unidades de conservação ambiental permanente do Brasil, o PARNASO (Parque Nacional da Serra dos Órgãos).

Ações preventivas relativas ao meio ambiente para a execução da obra.

- Não haverá canteiro de obras na Serra. Será utilizada a Base de Manutenção e Conservação da CRT, localizada no Km-105 da rodovia.
- Os resíduos gerados durante a obra serão segregados conforme sua classe, armazenados em caçambas estacionárias e destinados a locais de descarte apropriados.
- Será contratada uma empresa para supervisão ambiental que disponibilizará, entre outros, um técnico ambiental de campo que irá atuar de forma permanente nas frentes de trabalho, acompanhando e aferindo medidas de proteção ambiental que deverão ser implementadas. Essa equipe irá assegurar a execução das ações planejadas de preservação ambiental, se antecipando a desdobramentos indesejáveis, assim como a adoção de medidas de controle.
- Serão implantados dispositivos para a contenção de sedimentos que possam ser liberados durante a obra.
- Será feita a capacitação técnica ambiental para engenheiros, encarregados, mestres de obras e operários das diversas frentes de trabalho.
- Os equipamentos serão dotados de caixas de contenção para evitar possíveis derramamentos de óleo ou graxa.
- As margens dos rios serão devidamente protegidas com telas e tapumes para evitar que qualquer material seja carreado para dentro dos mesmos.
- Para assegurar a preservação do trecho, será feito o monitoramento das condições da água e do ar antes, durante e após a conclusão da obra.
- Como em todas as obras, serão instalados banheiros químicos para os funcionários, inclusive na Serra.
- Os caminhões utilizados para transportar materiais (agregados) para a obra, bem como na destinação dos resíduos gerados, terão lonas de cobertura para evitar emissão de material particulado para a atmosfera.
- Maiores esclarecimentos podem ser obtidos no site www.crt.com.br.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

b) Demais projetos

Como já comentado em outras seções, continuamos na expectativa da liberação do poder concedente de modo que possamos cumprir o programa de investimentos deste ano.

Dentre as obras e serviços concluídas e em andamento no trimestre, destacamos:

Serviço de conserva e manutenção

- Serviços de roçada, capina, poda, manutenção e desobstrução de sistema de drenagem / Manutenção de encostas / Implantação e manutenção cercas / Pavimento rígido Km 104 ao Km 100 P1 (80%);
- Manutenção do sistema elétrico: Passarelas / PNs / Sede / BOP / BCM / Usina / BCM 105/ Iluminação Pública Canteiro Central;
- Manutenção predial: Prédio da Engenharia (85%) / CCO (60%);
- Reparos em cercas delimitatórias na Faixa de Domínio: Total = 4.473 metros;
- Manutenção de Encostas;
- Manutenção da Sinalização Horizontal: Total = 5.848,49 m2 de pintura, 1.537 tachas;
- Manutenção da Sinalização Vertical: Total = 122 placas, 16 delineadores, 110 Sirex;
- Barreira de Proteção: Total = 126 defensas.

Monitoração

- Manutenção do Sistema de Monitoração
- Drenagem e Obras de Arte Correntes - Ao longo da Rodovia;
- Sistemas Operacionais e Níveis de Serviços

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

- Execução do Programa de monitoramento dos animais atropelados (FAUNA VIVA) e da Qualidade do Ar, água e Poluição Sonora – Ao longo da área do PARNASO.

Diversos

- Implantação da Balança Fixa do Km 131 (100%);
- Ampliação de Capacidade de Subida da Serra Trecho III: (60%);
- Implantação de Passarelas: Km 135,5 (40%) / Km 136,1 (100%);
- Implantação de Barreira New Jersey h=1,20m: Km 135,5 (100%) / Km 136,1 (60%);
- Recuperação de Placas do Pavimento Rígido: Km 94 ao Km 97 (62%)
- Contenções de Encostas: Km 29 (90%);
- PRAD: através do plantio de mudas de mata Atlântica Km 87 - Pista 1 - Manutenção;
- Obras Emergenciais em curso: Km 74,9 P1(99%) / Km 64,5 (99%) / Km 15 (70%) / Km 55,1 (98%) / Km Km 54,5 (93%) / Km 49,2 (88%);
- Ruas Laterais Adicionais: Rua Lateral de Parada Modelo - Km 106 (100%).

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Concessionária Rio -Teresópolis S.A. - CRT
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rio -Teresópolis S.A. - CRT ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rio -Teresópolis S.A. - CRT em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração dessas demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na rodovia BR 116 s/nº - km 133,5 no bairro de Piabetá, no município de Magé, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Concessionária relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Magé, 31 de janeiro de 2013

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na rodovia BR 116 s/nº - km 133,5 no bairro de Piabetá, no município de Magé, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst Young Terco Auditores Independentes S.S, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2012.

Magé, 31 de janeiro de 2013

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores